



Conselho das Comunidades Portuguesas

ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL DO CONSELHO PERMANENTE DO

CCP, realizada em Lisboa nos dias 04, 05 e 06 de Julho de 2022, com a presença dos 12 (dez) membros integrantes. No primeiro dia de trabalhos, segunda-feira, 04 de Julho, pelas 9:45 horas, no Auditório Dr. Almeida Santos, na Assembleia da República, deu-se início aos trabalhos, a fim de serem tratados diversos temas previstos, nomeadamente a apresentação e assinatura do Relatório Anual de Atividades do Conselho Permanente 2021/2022 (conforme o Artigo 38º,f, da Lei nº 66- A, de 2007), eleições para a mesa diretiva do Conselho Permanente, alteração da Lei nº 66–A e eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP). Na ausência do Presidente, Conselheiro Flávio Martins, que chegaria mais tarde por atrasos devidos a ligações nas linhas aéreas, assim como da Conselheira Rita Santos e do Conselheiro Paulo Marques pelas mesmas razões, os quais se juntariam ao grupo de trabalho durante o dia, coube ao Vice-Presidente Conselheiro Amadeu Batel dar as boas vindas a todos e dar início à reunião. Numa primeira abordagem à proposta de Ordem de Trabalhos, o Conselheiro Amadeu Batel enunciou os motivos que conduziram à sua elaboração tendo em conta os temas e os propósitos deste Conselho Permanente em final de mandato. Sendo assim, procedeu-se à aprovação da OT pelos 9 (nove) membros presentes. Em seguida, passou-se à apreciação e aprovação do Relatório de Atividades 2021/2022, que será circulado a todos do CCP, inserido no site www.conselhodascomunidades.pt e entregue ao Governo e demais órgãos. De seguida foi igualmente abordada, em linha gerais, a proposta de Resolução 02/2022, a qual reitera a resolução 01/2019 e traz novas propostas de alterações à Lei 66-A. Foi deliberado adiar, para mais tarde, uma decisão sobre a proposta em causa, após uma mais elaborada análise sobre o seu conteúdo. Por fim, foi discutida, analisada e aprovada, pela unanimidade dos presentes, a proposta sobre a "A revisão Eleitoral e o Aumento de Representação Parlamentar das Comunidades". Este documento será, após ser assinado por todos os membros do CP/CCP, entregue aos Grupos Parlamentares aquando das reuniões que se irão realizar na Assembleia da República no quadro do programa estabelecido. Às



Conselho das Comunidades Portuguesas

12h30 foi suspensa a reunião para o almoço. Após o almoço, este Conselho reuniu-se com o SECP, Dr. Paulo Cafôfo, já com a presença do Presidente do CP/CCP, Cons. Flávio Martins, quem começou por dar as boas vindas e desejar ao novo SECP as melhores felicidades para o cargo que foi mandatado seguido ao qual apresentou as seguintes questões: eleições do CCP; alteração à Lei 66-A; e o aumento do números de Conselheiros. Por sua vez o SECP agradeceu a oportunidade, informou que a grande preocupação é de estabelecer pontos de diálogo e que existem matérias legais e determinações legislativas, motivo pelo qual muitas decisões dependem do Governo e da Assembleia da República. Acerca da datas das eleições, afirmou que a mesma lhe diz respeito e que pretende que as mesmas se realizem o mais depressa possível para repor normalidade no CCP mas que a alteração à Lei não compete ao SECP. No entanto, disse já ter contactado com os diversos Conselhos Regionais do CCP e várias entidades e disso houve o consenso para poder avançar com uma data para as eleições após a alteração da lei que regulamenta o CCP. Após esta primeira reunião com o SECP, a reunião entre os Conselheiros continuou com agenda de trabalhos, seguindo-se a eleição dos corpos diretivos, na qual o secretário Conselheiro Manuel Coelho afirmou que seu tempo como secretário terminara, por haveres pessoais e profissionais que o impediam de continuar com esta função. Foram então propostos os nomes dos Conselheiros Flávio Martins e Amadeu Batel, mantendo-se respetivamente como Presidente e Vice-presidente, e o da Conselheira Maria de Lurdes Almeida para secretária. Em votação a mesa diretiva indicada foi eleita pela unanimidade. Uma vez formada a nova mesa, procedeu-se à reunião de trabalho do CP/CCP com os Conselhos e as Redes da Diáspora: estiveram presentes o Conselho da Diáspora (Presidência da República), o Conselho da Diáspora Açoriana, a Associação para o desenvolvimento económico e social (SEDES), a Associação “Também somos Portugueses”, o Observatório de Lusodescendentes, a Associação Internacional de Lusodescendentes (AILD) e a Associação Mundial Mulher Migrante. O Presidente do CP/CCP abriu a reunião agradecendo a todos por estarem presentes e frisou que era muito importante ter



Conselho das Comunidades Portuguesas

este diálogo com todos aqueles que se interessam pelas nossas Comunidades. Acrescentou ainda que as novas gerações, inclusive dos já nascidos no estrangeiro, têm vínculos com Portugal e portanto é muito relevante ter uma visão mais real dos portugueses nas Comunidades. O Vice-presidente, Conselheiro Amadeu Batel, apontou que dialogar e intercambiar ideias é uma mais valia, mesmo que tenhamos funcionamento diferentes. Tudo isto com a finalidade de melhorar as políticas para as nossas Comunidades. A secretária, Conselheira Maria Lourdes de Almeida, agradeceu a presença de todos e manifestou que separados somos uma força, mas juntos e unidos podemos ser uma força muito maior, o que muito beneficiaria as Comunidades Portuguesas. Após estas apreciações, coube ao Dr. José Andrade, Presidente do Conselho da Diáspora Açoriana, iniciar a sua dissertação. Fez uma breve sinopse da criação deste Conselho e da sua composição e informou das questões apresentadas durante a sua Primeira Sessão Plenária: reforçar e intensificar a comunicação entre a Região dos Açores e as suas Comunidades, motivar um mutuo conhecimento das novas gerações, valorizar o potencial económico das suas Comunidades, contribuir para a divulgação dos seus produtos, incentivar o ensino da Língua Portuguesa, pugnar por melhorar os serviços consulares, incentivar as tradições, aumentar o número de inscritos no portal, entre outros. Informou que a Segunda Sessão Plenária ficou agendada para Março de 2024. O Presidente do Conselho Permanente observou que as reivindicações do Conselho da Diáspora Açoriana são semelhantes às do Conselho das Comunidades Portuguesas e elogiou o fato da Comunidade Açoriana ser muito proactiva e do Governo Regional dos Açores ser muito ligado às suas Comunidades. O seguinte expositor foi o Dr. António Calçada de Sá, Presidente do Conselho da Diáspora da Presidência da República quem começou por agradecer o convite e manifestou que sozinhos vamos mais depressa, mas juntos vamos mais longe. Expressou que as Redes podem ser diferentes, mas que o objetivo é comum. Por isso deseja uma diáspora mais vinculativa; considera muito positivo que as redes possam vincular os interesses económicos, sociais e culturais. Acrescentou que como vozes da diáspora precisam de recomendações dos Conselheiros, pois conhecem melhor os



Conselho das Comunidades Portuguesas

problemas das suas regiões. Congratulou o CCP pela iniciativa deste contato com as redes da Diáspora e deseja manter um contato mais estreito e contínuo com este Órgão. Coube agora à Dra. Maria Manuela Aguiar como membro da Associação Mundial Mulher Migrante e antiga Secretária de Estado fazer a sinopse da criação do CCP, pois foi a fundadora do mesmo. Começou por dar uma breve história do Conselho e informou que a ideia era criar um Conselho da Diáspora que enfatizasse não somente a Lusofonia, mas também a Lusofilia. No entanto acabou por ser um Conselho mais Associativo e não da Diáspora. Considera que Portugal deve olhar para o mar e para o oriente. Acrescentou que Portugal é o único que ainda não tem um movimento internacional da nossa emigração e que seria interessante avançar com o projeto para criar uma Federação a partir deste contato com as nossas redes. Finalizou dizendo que a Associação Mundial Mulher Migrante foi criada devido à preocupação da pouca intervenção das mulheres. É uma Associação de estudo com fins cívicos. Seguidamente foi a intervenção do Sr. Paulo Costa, do movimento “Também Somos Portugueses”. Informou que este movimento nasceu com o fim de aumentar a participação cívica das nossas Comunidades e o aumento do recenseamento. Consideram muito importante que seja aprovada a modalidade do voto eletrónico. Considera que se são 250.000 votantes e pretendem chegar a 500.000, então o número de deputados que representa as nossas Comunidades também deve de aumentar. Informou que este movimento se tornou numa Associação porque os seus objetivos são um caminho prolongado. Diz ter tido a colaboração do CCP, mas indica que precisam estar presentes mais ativamente em todos os países. Outra das suas preocupações é o mau funcionamento dos Serviços Consulares. De seguida houve a intervenção da Sra. Christine de Oliveira, da Associação para o desenvolvimento económico e social (SEDES). Informa que faz parte também do Observatório da Emigração e que decidiram lançar um inquérito abordando várias questões, entre elas, “vontade de participar mais”, o “Ensino da Língua”, “como se pode melhorar a relação com Portugal”, continuam a existir dificuldades com a “Rede Consular”, “falar Português é uma mais valia”, sim/não, e se “conhecem o CCP”. Ainda que os resultados vão ser desvendados no dia 05



Conselho das Comunidades Portuguesas

de Julho de 2022 mas que uma grande maioria dos que responderam ao inquérito não conhecem e nem votaram para o CCP. Informou também que SEDES é uma associação cívica criada a 4 de Dezembro de 1970. Foi fundada por um grupo de pessoas, com diferentes ocupações sociais, dedicados à militância cívica e ao associativismo. Os valores da SEDES são o humanismo, o desenvolvimento sociocultural e a democracia. O Dr. António Calçada de Sá, do Conselho da Diáspora da Presidência da República, pediu a palavra e manifestou que do seu ponto de vista se se quer avançar, ao ter menos projetos vinculados se pode avançar mais. Depois desta intervenção continuou-se com as restantes redes da Diáspora e foi o turno do Sr. José Governo, Diretor da Associação Internacional de Lusodescendentes (AILD). Considera o trabalho do CCP muito importante, pois estão no terreno das Comunidades e portanto devia ser mais conhecido. A revista “Descendências” dá sempre um espaço ao CCP para escrever um artigo e dar assim a conhecer-se um pouco mais. As questões que a AILD tem identificado com dificuldades são o ensino da Língua (ensino como língua materna ou como língua estrangeira), e os aspetos económicos e socioculturais. Considera também que devido ao novo universo eleitoral, deve também haver uma maior representatividade. Enfatizou que o movimento associativo nas nossas Comunidades é muito importante, pois cria laços com Portugal, daí ser essencial o apoio do Governo a esse movimento. Por último, foi a vez de Emmanuelle Afonso, do Observatório de Lusodescendentes, quem informou que esta Associação resultou do interesse manifestado por um pequeno grupo de Lusodescendentes dos vários países da Diáspora que se reuniam periodicamente para partilhar experiências, dificuldades e ambições. Após vários meses um grupo de Lusodescendentes de segunda geração de vários países fundaram essa Associação sem fins lucrativos e apartidária. Todos temos tarefas atribuídas, entre elas, criar pontes com outras associações no mundo, realizar estudos relacionados com as nossas Comunidades, acolher ideias, entre outras. O Conselheiro Amadeu Batel fez uso da palavra para considerar que o Ensino da Língua no Estrangeiro continua a ter políticas erróneas já que estas não vão no sentido correto. O ensino da língua



Conselho das Comunidades Portuguesas

não é somente linguístico, mas também deve incluir um sentimento de pertença. Realça que nós continuamos a não fazer parte da nação, por isso é que continua a haver portugueses de primeira e portugueses de segunda. Finalmente o Conselheiro Flávio Martins finalizou o encontro dizendo que considerou muito interessante e produtivo o diálogo e espera poder o realizar mais vezes e desenvolver ações em conjunto. Informou que nas próximas reuniões estaremos a defender as modalidades de voto, o aumento da representatividade, o melhoramento dos serviços consulares, os apoios ao associativismo, a maior visibilidade do Conselho, entre outros. Assim, às 18h30, deu-se por encerrado o primeiro dia de trabalhos. No segundo dia, 05 de Julho de 2022, deu-se início aos trabalhos pelas 10h00, quando teve lugar o encontro com a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas da Assembleia da República. O Conselheiro Flávio Martins, Presidente do CP/CCP, agradeceu pelo encontro e apresentou algumas questões, entre elas, a proposta feita há algum tempo acerca da alteração à Lei 66-A que contempla: consulta obrigatória ao CCP quanto a políticas referentes às Comunidades; projeto piloto sobre o voto eletrónico nas próximas eleições do CCP para ser avaliado/ampliado depois; várias modalidades de voto para as Comunidades. Tratou ainda do aumento do número de Conselheiros do CCP, pois a atual Lei contempla um número máximo de 80 Conselheiros para um universo de 350.000 eleitores que havia em 2015. Hoje o universo eleitoral é de 1.500.000 pelo que sugere-se um aumento para (até) 100 (cem) Conselheiros. Outros temas tratados foram: 1- Funcionamento dos Postos Consulares, é importante melhorar; 2- Associativismo, é importante manter o associativismo para que perdure o afeto a Portugal; 3- Ensino do Português no estrangeiro, é importante manter o vínculo das novas gerações a Portugal, muitas vezes sem terem nascido em Portugal, sentem mais Portugal que muitos que nasceram no país; 4- Eleições do CCP; em conversa com o SECP, Dr. Paulo Cafôfo, é consenso geral que primeiro deve haver a alteração à Lei e se possível o projeto piloto do voto eletrónico. O presidente do CP reforçou ainda que nós não convocamos eleições e que devemos ter em consideração os fatores adversos que



Conselho das Comunidades Portuguesas

têm levado a este mandato prolongado, tais como a pandemia, duas eleições legislativas, a dissolução do Governo ante ao chumbamento do orçamento ano passado. Deu também exemplos de mandatos anteriores do CCP que também foram prolongados, não sendo este o único. Após, o Deputado Rodrigo Saraiva da Iniciativa Liberal (IL) pediu a palavra, pois devia ausentar-se para outras reuniões. Disse partilhar a mesma visão quanto ao Ensino do Português no estrangeiro, às propostas da alteração à Lei 66-A referentes ao projeto piloto do voto eletrónico e ao aumento do número de Conselheiros. Deixa uma reflexão quanto à descentralização das eleições perguntando se seria possível aproveitar outras instalações para lugares de voto, não somente as governamentais. A Deputada Paula Santos do PCP no uso da palavra concorda com a descentralização do voto com o fim de ter uma maior participação. Quanto ao funcionamento dos Postos Consulares opina que a resposta do Governo fica aquém das necessidades da Comunidade. No seu ponto de vista o Ensino do Português deve ser gratuito e garantido para crianças e jovens no estrangeiro. Os manuais escolares devem ser gratuitos e as propinas devem ser removidas. É importante um alargamento da oferta para que mais alunos tenham acesso ao Ensino do Português. O Deputado Maló de Abreu, PSD, considera que o CCP é muito importante porque está mais próximo dos portugueses espalhados pelo mundo. Opina que os políticos anteriores deveriam ter ouvido e trabalhado e sobre as sugestões do CCP. Acrescentou que o debate entre os partidos políticos sobre a alteração à Lei 66-A deve ser sobre as Comunidades e que as ideologias políticas devem ser postas de parte. Concorde em que os Serviços Consulares estão caóticos e que as políticas de língua portuguesa e o voto eletrónico são projetos que já deveriam ter sido abordados. Fez notar que o CCP tem nele um aliado para seguir e escutar as nossas propostas com o fim de introduzi-las na legislação. O Deputado Paulo Pisco do PS considera que o funcionamento dos Postos Consulares não é o melhor e um dos aspetos que contribuiu para esta situação foi a pandemia. Concorde em que os salários dos funcionários devem ser negociados e que é necessário um reforço ao número dos mesmos, no entanto opina que com a nova gestão consular este



Conselho das Comunidades Portuguesas

impasse pode ser resolvido. Quanto aos apoios ao Associativismo pensa que faz todo o sentido uma maior flexibilização dos processos para que as associações possam aceder a estes apoios. No que refere ao Ensino do Português estão muito sensíveis a este ponto e consideram que é uma prioridade. Acrescenta que com respeito à alteração da Lei 66-A o PS já tem uma proposta e que desejam acelerar este debate para que as eleições do CCP possam ter lugar de maneira a dar mais legitimidade a este Órgão. Partilha da mesma opinião deste Conselho que as eleições sejam realizadas uma vez feita a alteração à Lei 66-A. Considera que o contexto das Comunidades não é o mesmo de 2015 pelo que o número de círculos eleitorais e o número de mandatos deve ser atualizado. Concorde em que o CCP deve obrigatoriamente ser consultado ainda que a consulta não seja vinculativa, mas é relevante. Defende a adaptação ao género, de aí que também concorda com o aumento da paridade nos eleitos. Informa que o PS está empenhado em avançar para um consenso alargado com os outros partidos no que refere às propostas do CCP para a alteração da Lei 66-A. O presidente do CP/CCP, Conselheiro Flávio Martins, congratulou o PS e o PSD por já terem as suas propostas quanto à alteração da Lei 66-A e indica que deve ser feita uma reflexão profunda e consciente no que refere ao aumento da representação de Deputados nas nossas Comunidades, devido ao novo universo eleitoral. O Vice-presidente, Conselheiro Amadeu Batel, alertou que deve haver um consenso quanto às políticas para as Comunidades, tais como as políticas do Ensino da Língua Portuguesa no estrangeiro, isto é, Português Língua Estrangeira vs Português Língua Materna. O Ensino da Língua não implica somente conhecimentos linguísticos, mas deve também transmitir um sentimento de pertença para assim ter mais participação cívica e política. Opina também que para avançar com as alterações deve existir uma maturidade política. Enfatiza ainda que a Mudança da Tutela para o Conselho de Ministros faz todo o sentido porque as políticas das Comunidades têm várias áreas que nada têm a ver com o MNE. A Deputada Natalie De Oliveira agradece aos Conselheiros pelo seu árduo trabalho e informa da sua preocupação com os problemas dos Serviços Consulares. É a favor que o Ensino do Português seja



Conselho das Comunidades Portuguesas

digitalizado para assim poder chegar a mais participantes e diz ainda que é fundamental respeitar os direitos dos portugueses no estrangeiro. Por último o Presidente da reunião da Comissão, Deputado Diogo Pacheco de Amorim, considera que as Comunidades são um pilar fundamental desta Nação, pelo que é necessário encontrar consenso entre os diversos partidos políticos do Parlamento para resolverem os problemas das nossas Comunidades que há muito deveriam ter sido resolvidos, encerrando a reunião. Os trabalhos foram então suspensos para o almoço. Após o almoço, às 14h30, o Conselho Permanente teve audiência com o Sr. Presidente da Assembleia da República, Dr. Augusto Santos Silva. O Presidente do Conselho Permanente, Conselheiro Flávio Martins, agradeceu a disponibilidade para nos receber e informou sobre todas as questões que estão a ser debatidas no que se refere às Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo e o Presidente da AR, Dr. Santos Silva mostrou interesse em todas as propostas deste Órgão e concordou com a maioria, pois devido ao cargo que ocupou anteriormente como Ministro de Negócios Estrangeiros, está à par das lutas que o CCP tem vindo a abordar na defesa de políticas acordes às Comunidades. Também deixou uma palavra de apoio para que a Lei 66-A seja logo alterada para depois o CCP ir a eleições ao futuro mandato. Encerrada essa audiência, seguidamente houve uma reunião interna do Conselho Permanente para determinar os intervenientes nas reuniões com os diferentes Grupos Parlamentares. Foi aprovado que o Presidente do CP faz uso da palavra para começar as reuniões fazendo a apresentação de todos os Conselheiros presentes, entrega o documento “ A Reforma da lei Eleitoral e a sua adaptação à nova realidade da Diáspora e posteriormente procede a discriminar as propostas da alteração à Lei 66-A. O Conselheiro Paulo Marques fará a sua intervenção indicando a sugestão de seguir o exemplo da França quanto às modalidades de voto. Menciona o êxito que foram as últimas eleições na França no que respeita ao voto das Comunidades donde foi aceite quatro (4) modalidades de voto: presencial, eletrónico, postal e por procuração. O Conselheiro Pedro Rupio dissertará sobre o aumento da representatividade no Parlamento. Esclarece que devido ao recenseamento



Conselho das Comunidades Portuguesas

automático e o impacto que teve nas Comunidades, o novo universo eleitoral requer de uma maior representatividade e considera que é o momento oportuno para debater esta questão na Assembleia da República, já que vai haver uma revisão da Lei. Apresentará também a questão do Ensino do Português para todos e defenderá a revogação das propinas e a gratuitidade dos manuais de estudo. A Conselheira Rita Santos questionará a falta de divulgação quanto às eleições pois continua a existir muita falta de informação. Considera que os partidos políticos devem dar mais atenção às nossas Comunidades. O Conselheiro Paulo Martins fará a sua intervenção chamando a atenção sobre a proposta do voto eletrónico e para a adoção de algumas medidas estruturais para o melhor - funcionamento do CCP. Também vai pedir que seja informado o tempo que vai levar a revisão e a alteração da Lei 66-A para poder convocar eleições. O Conselheiro Nelson Ponta Da Graça informará sobre o mau funcionamento dos Serviços Consulares. Indica que continuam a ser um grave problema nas nossas Comunidades e pede que os partidos de oposição exerçam pressão neste aspeto. A Conselheira Maria de Lourdes De Almeida alertará para o fato de que as nossas Comunidades estão esquecidas nos diferentes programas eleitorais. Isto leva a que sintam que não são importantes para a Nação pelo que também não se sentem motivadas a exercerem o direito ao voto. Por último o Conselheiro Amadeu Batel fará a sua intervenção indicando que a consulta obrigatória ao CCP deve ser contemplada nesta Lei. Quanto às políticas do Ensino do Português no estrangeiro, as estratégias não devem ser somente linguísticas, devem também contemplar o sentido de pertença. Deve incentivar-se uma maior participação cívica dos Portugueses no estrangeiro para que sintam que fazem parte da Nação e que não são Portugueses de segunda, mas sim Portugueses de corpo inteiro. Seguiu-se então para a reunião com o Grupo Parlamentar do Partido Iniciativa Liberal (IL). Este Órgão foi recebido pelo Deputado Rodrigo Saraiva. Depois de colocadas todas as questões e entregue o documento "A revisão Eleitoral e o Aumento de Representação Parlamentar das Comunidades", o Deputado respondeu em forma detalhada a cada uma delas: a.- Rede Consular- compreende e subscreve as nossas sugestões quanto às instalações,



Conselho das Comunidades Portuguesas

número de funcionários, atualização dos salários de acordo ao país donde se encontram os Consulados; b.- Alteração à Lei 66-A- alinha com o CCP na maioria das propostas; c.- Representatividade no Parlamento- não foca os círculos eleitorais, defende mais os círculos nominais com um complemento dum círculo de compensação; d.- Voto eletrónico- concorda em começar com um piloto para testar o sistema. Não é contra, mas opina que há que ir com cautela; e.- Ensino da Língua- alinha com as propostas do CCP quanto aos recursos e à revogação das propinas. O Estado deve olhar para a Língua não só como valor cultural, mas também como valor económico; f.- Mudança da Tutela- acredita que não é o mais recomendável pois sendo este ponto a critério do Primeiro Ministro , pode mudar dependendo de quem seja o Primeiro Ministro de turno; g.- Divulgação das Eleições e como chegar às Comunidades- depende do Estado e dos Partidos Políticos e a falta de políticas para as Comunidades nos programas eleitorais é incumbência dos Partidos. Uma vez finalizada a reunião, o CP dirigiu-se a outra reunião com o Grupo Parlamentar do Partido Chega e desta vez foi recebido pelo Deputado Diogo Pacheco de Amorim e por Ricardo Dias Pinto, assessor em matéria das Comunidades. Uma vez colocadas as questões e entregue o Documento "A revisão Eleitoral e o Aumento de Representação Parlamentar das Comunidades", o Deputado Diogo Pacheco De Amorim emitiu o seu parecer e o do seu partido. Consideram que não deve haver diferença entre o Português residente em Portugal e o Português residente no estrangeiro. Observam que as Comunidades não têm peso eleitoral e devem ter, por isso querem alterar esta situação da qual muito se tem falado mas que ao fim de 48 anos tudo continua igual. Quanto ao Ensino do Português concordou que a propina aplicada desde há 10 anos deve ser revogada imediatamente e que as políticas do Ensino devem ser modificadas conforme sugestão do CCP. Opinam que o MNE é uma estrutura calcinada e cheia de vícios pelo que mostram um profundo receio em conseguir êxito, já que os vícios estão muito enraizados. Pedem ao CP que lhes faça chegar um documento específico sobre a alteração da Lei 66-A para poderem avançar. Por último concordam plenamente com a Mudança da Tutela, pois não faz sentido



Conselho das Comunidades Portuguesas

que as Comunidades estejam entregues ao MNE. São Portugueses, não são Estrangeiros. Finalizaram assim os trabalhos do segundo dia. O terceiro e último dia de reuniões deu início na Assembleia da República pelas 10h00, com a reunião com o Grupo Parlamentar do PSD e o CP foi recebido pelos Deputados Tiago Moreira de Sá, Coordenador do PSD para as Comunidades, Deputado Pedro Roque e Deputado Maló De Abreu. Foram colocadas as mesmas questões que aos Grupos Parlamentares do dia anterior e entregue o documento sobre o aumento da Representatividade. O Deputado Maló De Abreu refere que é necessário reforçar os meios para o CCP e dar dignidade aos Conselheiros. Opina também que os Conselheiros devem formar parte dos Conselhos Consultivos. Concorde com as propostas do CCP, incluindo a do voto eletrónico. Também considera urgente dotar a Rede Consular de total capacidade para atender os nossos cidadãos. Acrescenta que é imprescindível equipar o Associativismo dos mecanismos e apoios para incentivar as Comunidades a não perderem o elo de ligação com Portugal. Como conclusão diz que as propostas do CCP devem ser seguidas e informou que vão analisar-lhas minuciosamente para refletirem sobre os aspetos da alteração à Lei 66-A que são mais urgentes. O Deputado Moreira De Sá disse estarem a trabalhar neste ponto e que também vão lançar a proposta do seu Partido para ser debatida no princípio de Setembro ao iniciarem novamente as Sessões no Parlamento. De imediato o CP/CCP seguiu para a seguinte reunião de trabalho com o Grupo Parlamentar do PS e foi recebido pelos Deputados Brilhante Dias, Francisco César e Paulo Pisco. Depois de colocadas as questões e entregue o Documento "A revisão Eleitoral e o Aumento de Representação Parlamentar das Comunidades", o Deputado Brilhante Dias informou que têm neste momento iniciativas legislativas na área das Comunidades. Estão a analisar os caminhos para conseguirem as melhores soluções. Reforçou que a antiga SECP, Dra. Berta Nunes, teve um empenho muito notório em avançar com esta proposta da alteração à Lei 66-A. Deu a conhecer que o PS já está a trabalhar nesta área e vai apresentar um diploma neste aspeto. Pensa que será objeto de dois debates na generalidade em Setembro e depois outro mais específico. Concordam com o projeto piloto do



Conselho das Comunidades Portuguesas

voto eletrónico para as eleições do CCP. Seria primeiro num país da Europa para no futuro poder abranger não somente Europa como também fora da Europa, no entanto considera de vital importância reforçar os mecanismos de segurança para garantirem melhores condições de voto. No que refere à Rede Consular a implementação do e-Cônsul será uma mais valia, pois a digitalização dos Serviços Consulares vai aliviar o atendimento dos cidadãos, daí ser importante investir mais em tecnologia que em recursos humanos. Por último concorda que as políticas do Ensino da Língua devem ser objeto de estudo e análise para cumprir com as expectativas das crianças e jovens residentes no estrangeiro com o fim de estarem mais ligados a Portugal. De seguida este Órgão dirigiu-se para a última reunião de trabalho com os Grupos Parlamentares. Desta vez foi o turno do Grupo Parlamentar do PCP e o CP/CCP foi recebido pela Deputada Paula Santos. Foram colocadas as questões e entregue também o Documento "A revisão Eleitoral e o Aumento de Representação Parlamentar das Comunidades". Manifestou que têm as suas reservas com respeito à modalidade do voto eletrónico, no entanto concordam com criar condições para alargar o número de mesas de voto para facilitar o processo eleitoral. Quanto às alterações à Lei do CCP informou que iriam dar especial atenção a este particular. Concorde em que o CCP deve ser sempre consultado em matéria das Comunidades. Os problemas da Rede Consular devem ser resolvidos aqueles mais breve possível, pois afetam seriamente os cidadãos residentes no estrangeiro e para isso devem ser adotadas algumas medidas, entre as quais, estão a atualização dos salários dos funcionários e as avaliações das suas carreiras. No que refere ao Ensino do Português têm um projeto lei sobre a revogação das propinas e a gratuitidade dos manuais escolares. Opina que não tem havido o investimento necessário no Ensino. Informou que fizeram três propostas relacionadas com o reforço nos Postos Consulares, o apoio ao Associativismo e o Ensino, mas estas mesmas propostas foram chumbadas. Finalizaram assim as reuniões de trabalho com os Grupos Parlamentares, tendo em vista que o GP do Bloco de Esquerda somente enviou uma resposta no dia anterior e a propor reunião para a semana seguinte, o que foge ao período de reuniões do



Conselho das Comunidades Portuguesas

CP/CCP, infelizmente. O CP/CCP deslocou-se então ao Palácio das Necessidades (MNE) e pelas 15h00 reuniu com o SECP, Dr. Paulo Cafôfo, e com o Embaixador Dr. Luís Ferraz, Diretor Geral dos Assuntos Consulares das Comunidades Portuguesas (DGACCP). O Presidente do CP/CCP, Conselheiro Flávio Martins, agradece a disponibilidade para receber este Órgão, procede a apresentar os Conselheiros presentes e informa ao SECP e ao Diretor da DGACCP das demandas do CCP passando a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro Paulo Martins faz referência aos Serviços Consulares dizendo que os recursos humanos são cada vez mais escassos pelo que é necessário melhoras salariais, escalões na carreira e implementar o e-Cônsul, pois os serviços digitalizados irão contribuir a atenuar a crise que prevalece. Considera também que é importante revitalizar o Associativismo e que seria importante uma ligação com os Municípios em Portugal para divulgar a cultura. Observou que a comunicação social tem decaído por falta de apoios o que é de lamentar pois é um elo com a Comunidade. Finalizou referindo que na área do Ensino também é muito importante a atualização dos leitores. Logo a seguir fez uso da palavra o Conselheiro Paulo Marques quem chamou a atenção sobre a necessidade de modernizar o sistema de voto e aumentar as verbas nos apoios associativos. Considera importante que Portugal mantenha uma relação mais estreita com os Luso-eleitos para que os laços culturais não se percam. Referiu que existem 2.600.000 Portugueses nascidos em Portugal que residem no estrangeiro, no entanto diz também haver luso-descendentes no estrangeiro que também são Portugueses, pelo que o Observatório da Emigração deveria fazer um levantamento para podermos ter uma visão mais real da nossa Comunidade. A Conselheira Rita Santos lamentou a pouca informação que chega às Comunidades no que refere aos processos eleitorais e que no caso de Macau os Conselheiros tiveram que traduzir as instruções porque uma grande parte da Comunidade não fala Português. O Conselheiro Ângelo Horta indicou que a situação salarial dos funcionários consulares no Brasil é muito precária e complicada e que é necessária a reivindicação do atendimento consular. O Conselheiro Manuel Coelho por sua parte disse que na Namíbia há 57.000 pessoas



Conselho das Comunidades Portuguesas

que falam português, no entanto perderam-se duas funcionárias, a Encarregada da Educação e a Adida Cultural, pelo que é necessário repor estas duas funcionárias. O Conselheiro Nelson Ponta Da Graça aconselha a que se resolva a situação consular para além do e-Cônsul pois a relação com Portugal em muitos casos é através do Consulado e das Associações, pelo que é muito importante também reforçar este particular. De outro modo corre-se o risco de se perderem Associações por falta de apoios e diretivos e por conseguinte perde-se o esforço de gerações. A Conselheira Lúcia Fernandes informou que o Consulado funciona muito bem em Cidade do Cabo, que o único problema é que há mais demanda de emolumentos consulares pelo que apela à contratação de mais funcionários. Indicou também que têm dificuldade no Ensino devido à falta de professores. O Conselheiro Amadeu Batel participou que há muito trabalho a fazer respeito às políticas das nossas Comunidades, principalmente no que a políticas de Língua se refere, pois têm sido erróneas desde um princípio, começando pelo fato que colocam o Ensino do Português como Língua Estrangeira e o Português com Língua de Herança e Língua Materna, tudo no mesmo saco. O Presidente do CP, Conselheiro Flávio Martins, apontou que a Rede Consular está presente em 90% dos países reconhecidos pela ONU e por isso é urgente o seu melhoramento, considerando que a digitalização é uma forma de alcançar este objetivo. Acredita que é importante incentivar as Permanências Consulares devido às grandes áreas que devem ser cobertas. Por outro lado referiu que alguns Consulados não têm os Conselhos Consultivos a funcionar ou se o estão não cumprem o novo regulamento Consular pelo que urge a revisão disso. Também considera importante saber o número real de cidadãos portugueses nascidos em Portugal e não nascidos residentes no estrangeiro. Finalmente, realçou a sensibilidade e a importância do Sr. SECP ao visitar nossas Comunidades estar também com os Conselheiros do CCP de cada referida área visitada. O SECP, Dr. Paulo Cafôfo no uso da palavra fez referência aos seguintes pontos: a.- Participação Cívica e Política- considera que melhorar as Comunidades é melhorar o país. Quanto aos Luso Eleitos reconhece que é necessário um encontro e dar-lhes visibilidade porque é



Conselho das Comunidades Portuguesas

importante reconhecê-los, saber donde estão e quem são; b.- Lusofonia- existem 260 milhões de falantes de Português no mundo. Informou que mesmo aqui temos dificuldade de professores e no estrangeiro a situação é ainda pior, pelo que é importante financiar a formação de professores no país de acolhimento. Opina que o Ensino do Português como segunda língua é também uma mais valia ademais da Língua de Herança. Deve-se estar claro a quem e para quem ensinar; c.- Melhoramento do CCP- entende que se deve dar mais visibilidade ao trabalho do CCP, porque o dar a conhecer é uma maneira de valorizar as nossas Comunidades. Expressa que o Associativismo é uma das atividades de mais valor no país de acolhimento pois é uma afirmação da nossa identidade; d.- Desafio no futuro das Nossas Comunidades- acredita que cada vez mais tanto as Embaixadas como os Consulados devem ter uma função de âncora e trabalhar conjuntamente com as associações para que Portugal tenha uma permanência perpetuada no país de acolhimento, daí que é necessário reforçar os recursos humanos ademais do e- Cônsul para melhorar a gestão consular. Finaliza dizendo estar a trabalhar num projeto aspara apoiar financeiramente os órgãos de Comunicação Social da Diáspora e que é da mesma opinião que se devem formar novos líderes associativos para que o futuro do Associativismo não corra perigo devido ao envelhecimento das Comunidades e que tomou nota de encontrar os Conselheiros em suas visitas futuras. Ao fazer uso da palavra, o Embaixador Dr. Luís Ferraz salientou que o projeto para os apoios ao Associativismo está na sua fase final, no entanto relembra que há aspetos incontornáveis, como a entrega de um informe final que é obrigatório e algumas associações não o fazem. Diz que haverá ações de formação online para os pedidos de apoio ao Associativismo. Quanto ao funcionamento consular informa que está a ser estudada uma aplicação que permita que uma vez que se tramite o Cartão de Cidadão fique automaticamente inscrito e a informação passe para o Posto Consular para termos uma ideia mais realista do número de cidadãos espalhados pelo mundo. Estão também a pedir informação aos Postos Consulares sobre o funcionamento dos Consulados Honorários. Concluiu dizendo que aprova apoiar financeiramente os Órgãos de Comunicação Social da Diáspora



Conselho das Comunidades Portuguesas

pois é um elo de ligação muito vinculativo para informar sobre a realidade das Comunidades que são uma parte importante de Portugal. De imediato procedeu-se à última reunião de trabalho deste Conselho, sendo esta última com o Dr. João Gomes Cravinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros. O Presidente do CP/CCP procedeu a agradecer a disponibilidade de Sua Excelência para escutar as nossas questões e uma vez feita a apresentação dos Conselheiros, procedeu a fazer uma sinopse dos pontos debatidos nas reuniões realizadas até esse momento. Começou por dizer que ao sermos um Órgão de aconselhamento ao Governo , necessitamos de uma estrutura mais apropriada para o melhor funcionamento, razão pela qual avançámos com as propostas da alteração à Lei 66-A que têm vindo a serem debatidas desde 2019. Entre as mais importantes estão : a.- A necessidade e a importância de consultas não vinculativas quando a políticas estruturantes se refere; b.- A ampliação e descrição mais pormenorizada sobre os direitos e deveres dos Conselheiros; c.- Participação dos Conselheiros do CCP nos Conselhos Consultivos; d.- Paridade de género; e.- Mudança da Tutela do CCP para o Conselho de Ministros. Foram também acrescentadas duas novas propostas: a.- Ampliação do número máximo de Conselheiros de 80 para 100 e aumento da Representatividade no Parlamento devido ao aumento do universo eleitoral; b.- Possibilidade de um projeto piloto para votação não presencial. O voto eletrónico descentralizado seria aplicado no piloto nas próximas eleições do CCP. Sua Exa, Dr. João Gomes Cravinho, expressou que as Comunidades são fundamentais e que recentemente existe uma transformação da relação de Portugal com as Comunidades. Subscrive a aquisição de uma nova modalidade de voto pois é mais um passo no exercício da cidadania e portanto o voto eletrónico é uma mais valia. Opina que se deve capacitar melhor os Portugueses no estrangeiro para este exercício. Refere que com o recenseamento automático o número de inscritos para o universo eleitoral aumentou e como consequência aumentou a abstenção mas ao mesmo tempo também aumentou a participação. Salienta que se se trabalha bem, pode-se ter eco nas Comunidades e por isso o trabalho com o CCP é muito importante para poder avançar no caminho certo. Manifestou que as propostas do



Conselho das Comunidades Portuguesas

CCP em geral correspondem a este momento de transformação. É totalmente favorável à Paridade de Género, à participação dos Conselheiros nos Conselhos Consultivos e à consulta não vinculativa do CCP no que refere a políticas para as Comunidades. Quanto ao aumento do número de Conselheiros nada tem a objetar e pensa que a proposta é lógica, no entanto alerta que podem questionar a proposta dizendo que para quê 100 Conselheiros se nem os 80 foram preenchidos. Discorda com a Mudança da Tutela do CCP. Manifestou ainda que existe atualmente uma alteração significativa das Comunidades na relação com Portugal. As novas gerações são qualificadas e, portanto, são uma nova realidade nas Comunidades, pelo que o Estado Português deve investir no Exercício da Cidadania e no Exercício dos Direitos Fundamentais para uma melhor ligação das Comunidades com a Nação. Por último disse que agradecia que o tivessem escutado mas ainda mais ter-nos escutado pois todas as nossas propostas são matérias importantes e que o MNE está na total disposição para trabalhar connosco no alcance das nossas metas e objetivos. Assim, nada mais havendo a deliberar, e como ninguém mais quisesse usar da palavra a reunião foi encerrada às 18h00 de Lisboa, para seguir a um encontro/reunião no Palácio de Belém (às 19h30) com o Sr. Presidente da República, o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa. Por fim, mandou-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária, na forma do Regulamento deste Conselho Permanente do CCP.